

## **COMPOSIÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTA MARIA: UM OLHAR SOBRE A OFERTA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

Ernane Ribeiro Kühn<sup>\*</sup>

Ana Lia Benini<sup>\*\*</sup>

Betina Weber de Souza<sup>\*\*\*</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa partiu dos desdobramentos dos estudos do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Aprendizagem e Inclusão Escolar, da UFSM. O objetivo foi identificar o perfil dos alunos público-alvo<sup>1</sup> da educação especial das escolas do campo da rede municipal de ensino da cidade de Santa Maria no que tange o processo de diagnóstico, o ingresso das matrículas e a oferta de Atendimento Educacional Especializado(AEE). A identificação das matrículas foi obtida por meio dos Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2013, fornecidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação (MEC). Encontramos que de 92 alunos público-alvo da educação especial matriculados nas escolas do campo, somente 34 alunos recebem AEE, correspondendo a 36,9%. Na sua maioria diagnosticados com deficiência mental<sup>2</sup>, estão 83 alunos, 52 não recebem o AEE e 31 recebem. Concluímos, que menos da metade dos alunos matriculados recebem AEE. Ainda percebemos a importância dos dados estatísticos, para externar o processo de identificação destes alunos. A inclusão está sendo garantida, mas percebe-se o descaso com atendimento a estes alunos. Outro fator, é a necessidade de fomentar mais pesquisas com essa temática nas escolas do campo, que mostra-se pouco debatida.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Censo Escolar. Atendimento Educacional Especializado. Educação no Campo.

---

<sup>\*</sup> Educador Especial (UFSM); Mestrando em Educação (PPGE/UFSM); Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Aprendizagem e Inclusão Escolar, da (UFSM). E-mail: [ernanekuhnsm@gmail.com](mailto:ernanekuhnsm@gmail.com)

<sup>\*\*</sup> Fisioterapeuta e Pedagoga; Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Aprendizagem e Inclusão Escolar, da (UFSM). E-mail: [analiabenini@yahoo.com.br](mailto:analiabenini@yahoo.com.br)

<sup>\*\*\*</sup> Acadêmica em Educação Especial (UFSM); Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Aprendizagem e Inclusão Escolar, da UFSM. E-mail: [betinaweberdesouza@hotmail.com](mailto:betinaweberdesouza@hotmail.com)

<sup>1</sup> São considerados alunos da educação especial: alunos com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

<sup>2</sup> Deficiência mental. Também chamada intelectual conforme os dados do Censo Escolar do INEP, 2013.

## **Introdução**

O trabalho é fruto de discussões realizadas no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Aprendizagem e Inclusão Escolar, da UFSM, desenvolvidas em 2014-2015, composto por acadêmicos da área de Educação Especial, Fisioterapeuta, Pedagoga, Mestrandos em Educação Especial e Professora de Letras Inglês, coordenado pela professora Dr.<sup>a</sup> Fabiane Romano de Souza Bridi. O enfoque do Núcleo de estudos está voltado ao atendimento educacional especializado e o papel do educador especial no contexto escolar no município de Santa Maria. Dentro do Núcleo há três subgrupos responsáveis por temáticas diferentes, sendo estes divididos em escolas estaduais, particulares e municipais, de modo que os três tenham discussões articuladas.

Uma das fontes para a pesquisa deste grupo são os dados estatísticos dos Microdados do Censo da Educação Básica (BRASIL, 2013), disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), obtidas pela utilização do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 22.0 for Windows, que compila os dados do censo. O INEP coordena anualmente pesquisas referente a educação básica do país, sendo os Microdados do Censo Escolar o principal instrumento de coleta de informações para essas pesquisas, as quais fomentam Políticas Públicas também, em Educação Especial.

Justifica-se esse trabalho pela necessidade de construção de pesquisas qualiquantitativas em educação, para que se possa refletir sobre os dados expostos pelo INEP no que diz respeito ao ingresso dos alunos público alvo da educação especial nas escolas regulares do campo, e o perfil desses alunos. Compreendemos neste trabalho como perfil dos alunos, o diagnóstico a eles atribuído e se recebem ou não Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais.

Para este eixo de pesquisa, traçamos uma breve exposição do contexto local das escolas municipais de Santa Maria e posteriormente direcionamos para o levantamento de dados das escolas municipais da zona rural do município.

A rede municipal de ensino de Santa Maria é composta por 72 escolas, sendo 62 escolas localizadas na zona urbana e 10 escolas na zona rural. O número de matrículas totaliza 22.049, podendo ser encontradas duplicidade no número de matrícula. Desses 22.049, 1.219 são alunos público-alvo da educação especial. Desses 1.219, 968 estão matriculados com o diagnóstico de deficiência mental. Do total de alunos público-alvo, 472 matriculados, tanto em rede urbana quanto rural, recebem atendimento educacional especializado, sendo 34 destes

atendimentos nas escolas do campo, atendimento que acontece com 31 alunos diagnosticados com deficiência mental.

Sabemos da importância de estudos nas escolas da zona rural, os povos do campo<sup>3</sup> com suas marcas de lutas, dos históricos pela reforma agrária e êxodo rural, bem como suas garantias de políticas públicas educacionais com base nas próprias características rurais. Porém, para esta pesquisa manteremos o foco no contexto da educação especial nas escolas do campo, direcionando o estudo a conhecer o perfil dos alunos público alvo da educação especial por meio de análises censitárias dos Microdados.

Assim, o presente trabalho configura-se como uma discussão sobre o ingresso dos alunos público alvo da educação especial através da sua matrícula no censo escolar, bem como o diagnóstico desses alunos e a oferta do AEE. Para tanto, organizamos um roteiro de construção e delimitarmos o tema dos dados que foram coletados nos Microdados do Censo Escolar da Educação Básica, de acordo com as seguintes temáticas: número de matrículas de alunos por residência, matrículas dos alunos que estudam no campo, matrícula de alunos público alvo da educação especial, matrícula dos alunos que recebem AEE e matrículas dos alunos de acordo com suas necessidades educacionais especiais.

Compreendendo a necessidade de discussões acerca dos problemas educacionais no contexto das escolas rurais, tratado aqui especificamente na área de educação especial, percebe-se um aumento nas pesquisas desses contextos como aponta Damasceno (2004) ao afirmar que

Tal tendência porém, não nasce da clarividência ou excessiva sensibilidade dos estudiosos do tema, mas das próprias circunstâncias da realidade sob estudo, já que são os próprios trabalhadores rurais, que por meio da sua organização política, tomam-se suficientemente visíveis para chamarem sobre si a atenção de estudiosos (p.73).

Assim, observando o aumento nas pesquisas e entendendo essa necessidade, em um primeiro momento evidenciamos o quem vem sendo produzido de registro dos dados dos alunos público alvo da educação especial e em um segundo momento abordamos o tratamento dos dados, evidenciando o cadastramento dos alunos no censo escolar, diagnósticos e o AEE ofertado para estes alunos.

<sup>3</sup> Povos do campo - populações rurais, agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros (RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008).

## 2 Cadastro no Censo Escolas e diagnósticos dos alunos público-alvo da educação especial

O preenchimento dos dados dos alunos no Censo Escolar é de obrigatoriedade das escolas de educação básica de todo o país, sendo este o mais importante levantamento estatístico brasileiro sobre as diferentes etapas e modalidades de ensino da Educação Básica e da Educação Profissional. Além disso, serve como instrumento para verificar diferentes contextos das escolas, tais como infraestrutura, equipamentos, alimentação escolar, atendimento educacional especializado, transporte escolar, entre outros.

O cadastro de alunos no Censo Escolar requer trabalho colaborativo dos gestores, professores e do educador especial quanto ao preenchimento dos dados dos alunos público-alvo da educação especial que recebem o AEE. Este trabalho colaborativo deve existir em função de que, muitas vezes, nesses cadastros, podem ser atribuídas características para alunos com necessidades educacionais especiais sem um real cuidado, características meramente identificadas e assemelhadas a um *pseudo-diagnóstico*, atrelando alunos com dificuldades de aprendizagem, por exemplo, a um diagnóstico fechado que não o define.

Características estas, que, por vezes encontraram-se concentradas no processo de ensino. Quando os alunos avançam de ano e começam a trabalhar a escrita/oralidade e as quatro operações básicas da matemática, é possível verificar, neste momento da trajetória escolar novas rotinas e aquisições de estudos mais complexos. Essa situação pode gerar dificuldades de aprendizagem que são confundidas com deficiência intelectual/mental.

Diante desses possíveis fatores, constata-se uma crescente incidência no número de alunos diagnosticados com Deficiência Intelectual, o que nos leva a crer que são cadastrados sem diagnóstico ou com diagnósticos imprecisos e com poucas reflexões do educador. Dessa forma, compreendemos que os profissionais que realizam a marcação desses alunos no censo necessitam de conhecimentos na área, tendo em vista que ao serem diagnosticados com uma deficiência, os alunos devem ser assistido pelos profissionais de educação especial. Assim, sinaliza Leijoto (2014, p. 08) ao constatar através de recentes pesquisas que “o paradoxo da educação especial se estende ao registro do Censo Escolar no que se refere à identificação e diagnóstico da deficiência intelectual” e salienta que “a utilização dos dados estatísticos tanto para a elaboração e implementação de políticas públicas quanto em pesquisas educacionais deve levar em conta esta complexidade”.

Sendo assim, é possível inferir que pode estar acontecendo um descuido no momento de lançar os dados no censo escolar, sobre os alunos público alvo da educação especial na

zona rural do município em questão. A incidência de 83 alunos com deficiência mental de um total de 98 é assustadora.

### **3 Oferta do Atendimento Educacional Especializado nas escolas**

De acordo com o Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, atendimento educacional especializado é considerado como o conjunto de atividades, recurso de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos público alvo da educação especial no ensino regular (art.1º, inciso 1º).

Quem presta este atendimento é o educador especial. A educação especial de perspectiva inclusiva tem seu campo de atuação direcionado para o atendimento educacional especializado. Esse tipo de atendimento perpassa todos os níveis, desde a educação infantil ao ensino superior. Tendo como finalidade complementar e/ou suplementar o processo de ensino aprendizagem nos níveis destacados.

O *locus* de atuação do AEE é, preferencialmente, a sala de recursos multifuncional dentro da escola regular, a qual se caracteriza como “um espaço organizado com equipamentos de informática, ajudas técnicas, materiais pedagógicos e mobiliários adaptados, para atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos” (BRASIL, 2007, p.1).

### **4 Resultados**

Nas tabelas abaixo, apresentamos levantamentos de dados no que se refere ao número de alunos matriculados na rede municipal de ensino de Santa Maria, número de alunos público alvo da educação especial e diagnóstico atribuído aos alunos da zona rural, dados estes, lançados no Censo escolar.

A tabela 1 mostra o levantamento de dados dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino de Santa Maria, das zonas urbana e rural, com o cruzamento das residências destes alunos, conforme os dados do Censo Escola 2013.

Tabela 1 – Número de alunos matriculados por residência na RME.

|                        | Número de matrículas nas escolas Urbanas | Número de matrículas nas escolas Rurais | Total |
|------------------------|------------------------------------------|-----------------------------------------|-------|
| Residem na zona Urbana | 20268                                    | 222                                     | 20490 |
| Residem na zona Rural  | 385                                      | 1174                                    | 1559  |

**Composição das escolas do campo da rede municipal de ensino de Santa Maria: um olhar sobre a oferta do atendimento educacional especializado**

Ernane Ribeiro Kühn; Ana Lia Benini; Betina Weber de Souza

|       |       |      |       |
|-------|-------|------|-------|
| Total | 20653 | 1396 | 22049 |
|-------|-------|------|-------|

Elaboração própria com base nos cruzamentos estatísticos dos Microdados do Censo da Educação Básica 2013.

A tabela 1 traz o mapa do município, dos alunos matriculados que estudam na zona rural, correspondente a 1.396 alunos, deste total, na sua maioria, pouco mais de 84% vivem e estudam na zona rural, indicando que as famílias destes alunos vivem de atividades do campo. A porcentagem de alunos público alvo da educação especial que frequentam as escolas do campo é de 6,5%, porcentagem representada por 92 alunos, de um total de 1.219 alunos, como mostra a tabela 2.

Tabela 2 – Matrículas de alunos com Necessidades Educacionais Especiais nas escolas municipais da zona rural e urbana de Santa Maria.

|                             | Urbana | Rural | Total |
|-----------------------------|--------|-------|-------|
| Possui necessidade especial | 1127   | 92    | 1219  |

Elaboração própria com base nos cruzamentos estatísticos dos Microdados do Censo da Educação Básica 2013.

A tabela 3 mostra as matrículas dos alunos de acordo com suas necessidades educacionais especiais, localizadas nas escolas municipais da zona rural.

Tabela 3 – Matrículas de alunos com Necessidades Educacionais Especiais nas escolas municipais da zona rural de Santa Maria por NEE.

|                                         | Deficiência Auditiva | Deficiência Visual | Deficiência Física | Deficiências Múltiplas | Deficiência Surdez | Deficiência Mental | Total |
|-----------------------------------------|----------------------|--------------------|--------------------|------------------------|--------------------|--------------------|-------|
| Possui Necessidade Educacional Especial | 2                    | 3                  | 4                  | 4                      | 2                  | 83                 | 98    |

Elaboração própria com base nos cruzamentos estatísticos dos Microdados do Censo da Educação Básica 2013.

A tabela abaixo (Tabela 3) apresentam as escolas urbanas e rurais municipais, em seus números de alunos matriculados no AEE. A tabela apresenta um número superior que passa de 92 para 98 quanto ao total de matrículas no AEE. Quando esses números são coletados de acordo com as especificidades das necessidades educacionais especiais, ou seja, por deficiências, evidencia-se que existem duplicidades no cadastro escolar no número de

matrículas, que por vezes são dados gerados pelas *Deficiências Múltiplas*, considerando duas ou mais deficiências para os mesmos registros de matrículas.

Quanto à oferta de AEE, foi possível perceber que de 98 alunos público alvo da educação especial, 34 recebem atendimento. Como visto na tabela 4.

Tabela 4 – Matrículas de alunos com Atendimento Educacional Especializado nas escolas municipais da zona rural e urbana de Santa Maria e tipo de atendimento:

|                                                                                                      | Urbana | Rural | Total |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-------|-------|
| Alunos com necessidades educacionais especiais que realizam o atendimento educacional especializado. | 438    | 34    | 472   |

Elaboração própria com base nos cruzamentos estatísticos dos Microdados do Censo da Educação Básica 2013.

De acordo com a tabela 5, abaixo, sobre a oferta de atendimento educacional especializado para os alunos diagnosticados com deficiência mental, é possível perceber que menos da metade (34) do total de alunos (83) recebem AEE.

Tabela 5 – Matrículas de alunos com Atendimento Educacional Especializado nas escolas municipais da zona rural e tipo de atendimento: Deficiência Mental

|                                                                                                                                                 | Total de alunos com DM | Alunos com DM que recebem AEE | Total |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|-------------------------------|-------|
| Alunos com necessidades educacionais especiais que realizam o atendimento educacional especializado com Deficiência Mental nas escolas do campo | 83                     | 34                            | 92    |

Elaboração própria com base nos cruzamentos estatísticos dos Microdados do Censo da Educação Básica 2013.

Encontramos que de 92 alunos público-alvo da educação especial matriculados nas escolas do campo, somente 34 alunos recebem AEE, correspondendo a 36,9%. Na sua maioria diagnosticados com deficiência mental estão 83 alunos, 52 não recebem o AEE e 31 recebem.

## Conclusão

Diante do exposto, ressaltamos a importância de voltarmos o olhar para compreendermos e identificarmos como vem se constituindo a educação especial nas escolas do campo no município de Santa Maria. Como se constituem as incidências censitárias dos

dados do Censo e os reflexos que as práticas avaliativas do diagnóstico dos sujeitos com deficiência movimentam nesses números de alunos com deficiências.

Estes alunos devem receber o atendimento com o devido acompanhamento proposto pelos atendimentos educacionais especializados, verificando o diagnóstico dos alunos como alunos público-alvo da educação especial, diferentemente de dificuldades de aprendizagem, levando em consideração o reconhecimento do educador especial nos espaços escolares, identificando estes alunos, uma vez que a precisão por vezes são obtidas através de determinações clínicas quando estes alunos chegam na escola, mas ao educador especial cabe as identificações pedagógica destes alunos.

Acredita-se que o movimento das identificações pedagógicas é muito importante, mas deverá ter o cuidado para o cadastramento destes alunos, ao considerarmos pelas recentes iniciativas de laudo médico não se tornar imprescindível para reconhecer os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Por vezes estes diagnósticos geram inseguranças no parecer pedagógico, mas pactuam para um acompanhamento mais próximo e real do convívio educacional com os alunos. É através das aproximações, reconhecendo na realidade do sujeito as suas singularidades e condições pedagógicas, diferentemente dos atendimentos clínicos, que são feitas intervenções norteadoras e necessárias para a vida.

Nos levantamentos das elaborações próprias com base nos dados do Censo Escolar verificou-se a existência de um número expressivo de alunos público-alvo da educação especial que não recebem o AEE, pois o AEE é o atendimento que complementa ou suplementa as condições de inclusão destes alunos na escola e na sociedade, acompanhando-os e disponibilizando recursos pedagógicos, atividades e de autonomia.

A pesquisa evidenciou nos dados a presença dos alunos público-alvo da educação especial nas escolas, identificando que a inclusão está garantida a estes alunos na classe regular de ensino, mas ainda busca-se investigar as melhores estratégias de acompanhamento educacional, a fim de perceber como advém o avanço qualitativo destas matrículas de alunos com deficiências, em especial aqueles com deficiência mental. E para tal trazermos neste artigo o propósito destas inquietações para que mais discussões acerca do tema existam nas universidades, com intenção de direcionarem mais estudos e pesquisas nas escolas do campo, pautados nos dados oficiais das pesquisas censitárias do INEP, uma vez que ele movimenta as políticas públicas no sistema educacional de nosso país.

## Referências

BRASIL. Decreto no 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 set. 2008b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Microdados da Educação Básica/Censo Escolar 2010**. Brasília: MEC/INEP, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. **Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 29 abr. 2008.

DAMASCENO, M. N.; BESERRA, B. **Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan./abr. 2004.

LEIJOTO C. P. **Deficiência Intelectual: Avaliação, identificação e impasses no registro do Censo Escolar**. PPGE/UFMS 2014.